

Lula sanciona fundo eleitoral recorde de R\$4,9 bilhões



O presidente Lula (PT) discursa durante sessão solene do Congresso. Ricardo Stuckert - 20.dez.23/Divulgação Presidência

Lula veta R\$ 5,6 bilhões em emendas no Orçamento e sanciona fundo recorde

Congresso já articula derrubada de medida que barra verbas com indicação de parlamentares, em novo atrito com governo

Marianna Holanda e Thiago Resende

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) sancionou, nesta segunda-feira (22), o Orçamento de 2024, com veto de R\$ 5,6 bilhões às emendas parlamentares.

A lei assinada pelo chefe do Executivo traz ainda sanção aos R\$ 4,9 bilhões para fundo eleitoral, um recorde para eleições municipais.

Após o evento de sanção no Palácio do Planalto, que foi fechado, parlamentares e integrantes do Executivo confirmaram o veto. A medida será publicada com detalhamento no Diário Oficial da União desta terça-feira (23).

Deputados e senadores, que darão a palavra final sobre a lei, já admitem a possibilidade de a derrubada do veto.

Em ano eleitoral, o Congresso Nacional chegou a aprovar um valor recorde de R\$ 53 bilhões para emendas. Mesmo com a decisão de Lula, o saldo será cerca de R\$ 47,5 bilhões, o que ainda representará um patamar sem precedentes para atender a parlamentares.

O Palácio do Planalto traçou uma estratégia para tentar evitar uma derrota no veto que trata das emendas — recursos que deputados e senadores enviam para obras e projetos em seus redutos eleitorais e, com isso, colhem capital político. A ideia é apresentar ao Congresso um plano para recompor os R\$ 5,6 bilhões. Caso contrário, parlamentares dão como certa a derrubada do veto.

O valor barrado corresponde a cerca de 10% do total aprovado pelos parlamentares em emendas.

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), admitiu o risco de derrubada do veto. "Vamos negociar ao máximo para não serem derrubados", afirmou.

Nesta segunda, Lula e ministros se reuniram com parlamentares ligados ao debate do Orçamento no Congresso. Integrantes da articulação política alegam que já havia acordo para o veto às emendas parlamentares. No entanto, até líderes governistas dizem que se o governo não devolver os R\$ 5,6 bilhões, o clima vai se deteriorar e o veto será derrubado.

O relator do Orçamento de 2024, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), esteve no Palácio do Planalto para a sanção da medida e, na saída, também falou nessa possibilidade.

"Isso que vamos tentar construir até a próxima sessão do Congresso. Logicamente, se não achar solução, o objetivo dos parlamentares é derrubar o veto", disse a jornalista.

O veto decidido nesta segunda-feira soma a outros atritos que a gestão do petista teve com o Congresso nos últimos meses, como quando contrariou os parlamentares ao tentar reanudar a folha de pagamento ou ao vetar lei aprovada sobre o marco temporal das terras indígenas.

Lula foi eleito em 2022 com minoria no Legislativo e teve um primeiro ano de mandato marcado por dificuldades na articulação política com o centro. Em setembro, nomeou dois ministros indicados pelo centro, na tentativa de melhorar a relação com os parlamentares, mas a iniciativa teve reduzidos efeitos.

As emendas dão mais poder às cúpulas da Câmara e do Senado, que usam esses recursos para conquistar mais influência entre os parlamentares. No primeiro ano do atual governo Lula, foram reservados R\$ 46,5 bilhões para atender aos parlamentares, o que já era um patamar inédito.

No fim do ano passado, aliados de Lula pediram para que o projeto do Orçamento tivesse um montante menor de emendas. O pedido não foi bem recebido no Congresso. Mesmo membros de partidos com cargos no governo, como União Brasil, PP e PDI, rejeitaram a ideia de cortar a previsão para emendas parlamentares em ano eleitoral.

O Palácio do Planalto diz que foi forçado a fazer o corte porque a inflação de 2023 ficou abaixo do previsto e, portanto, houve queda na previsão de arrecadação em 2024. Para compensar, teve de cortar no Orçamento.

Lideranças governistas afirmam que o corte poupou áreas importantes, como saúde e educação, como disse o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) em vídeo, após o evento. "A decisão do corte resolveu primeiro poupar integralmente saúde, educação, poupar investimentos no PNC [Programa de Aceleração do Crescimento], em segurança pública", disse.

“

Isso [devolver os R\$ 5,6 bilhões para os parlamentares] que vamos tentar construir até a próxima sessão do Congresso. Logicamente, se não achar solução, o objetivo dos parlamentares é derrubar o veto

Luiz Carlos Motta (PL-SP) deputado federal e relator do Orçamento

Existem três tipos de emendas: as individuais (que todo deputado e senador têm direito), as de bancada (parlamentares de cada estado definem prioridades para a região), as de comissão (definida por integrantes dos colegiados do Congresso).

O veto de Lula deve ser nas emendas de comissão, líderes do Congresso admitem que as emendas de comissão vão funcionar como as extintas emendas de relator, que eram a principal moeda de troca nas negociações do governo Bolsonaro e do Legislativo. O mecanismo das emendas de relator, porém, foi derrubado pelo Supremo Tribunal Federal no fim de 2022.

O valor sancionado do fundo eleitoral, de R\$ 5 bilhões, representa praticamente o dobro do distribuído aos partidos em 2020, última disputa para os cargos de prefeito e vereador.

A quantia que havia sido aprovado pelo Congresso Nacional é um recorde para os pleitos municipais. O aumento dos recursos para financiamento da campanha deste ano teve partidos de diferentes espectros políticos, como PT e PL, além das siglas do centro.

O fundo da última eleição municipal, em 2020, ficou estabelecido em R\$ 2 bilhões (quantia que, com correção da inflação, seria agora de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões).

"O fundo eleitoral está sancionado. Ficou um pouco impróprio ao presidente vetar porque o governo mandou a proposta de fundo, R\$ 900 milhões. O Congresso retificou essa proposta e colocou nos termos de R\$ 5 bilhões. Eu, particularmente, era favorável a mediação proposta pelo presidente [Rodrigo] Pacheco, que dava algo em torno de R\$ 3 bilhões. Mas, enfim, não foi possível", disse o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Até 2015, as grandes empresas, como bancos e empreiteiras, eram as principais responsáveis pelo financiamento dos candidatos. Naquele ano, o STF (Supremo Tribunal Federal) proibiu a doação empresarial sob o argumento de que o poder econômico desequilibrava o jogo democrático.

A partir das eleições de 2018, foi então criado o fundo eleitoral, que usa dinheiro público para bancar as atividades de campanha dos candidatos.

